

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor Litoral  
Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos

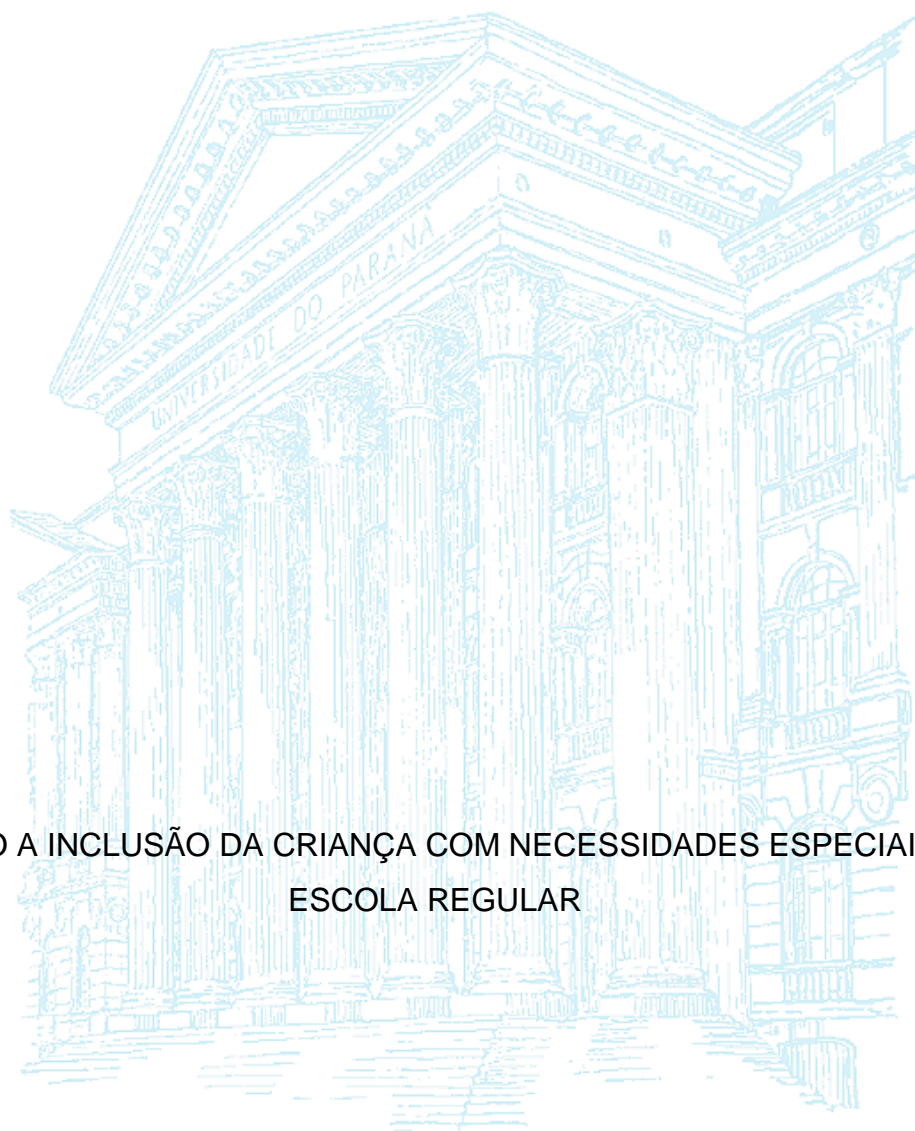
MARLENE PEDROSO DE FRANÇA PEREIRA



DIREITO A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA  
ESCOLA REGULAR

MATINHOS  
2015

MARLENE PEDROSO DE FRANÇA PEREIRA



DIREITO A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA  
ESCOLA REGULAR

Monografia de Especialização em Educação em  
Direitos Humanos da Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marília Pinto Ferreira  
Murata

MATINHOS

2015



## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Co-Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA** realizaram em 13/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MARLENE PEDROSO DE FRANÇA PEREIRA**, sob o título “*Direito a inclusão da criança com necessidades especiais na escola regular*”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “\_\_\_\_\_” e conceito “\_\_\_\_\_”.

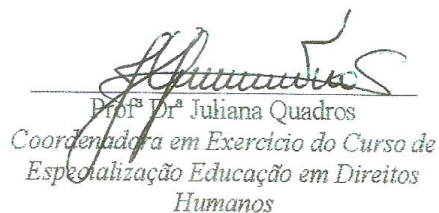
Matinhos, 13 de junho de 2015.



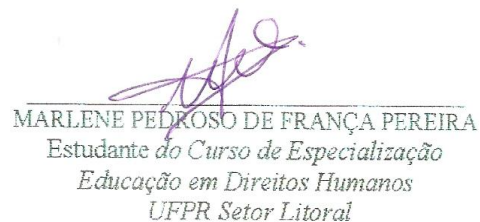
Prof. Dr<sup>a</sup>. Marília Pinto Ferreira Murata  
Professora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos – Pólo  
Pontal do Paraná



Prof. Rosane E. Barros Santana  
Tutora do Curso de Especialização Educação  
em Direitos Humanos – Pólo Pontal do Paraná



Prof. Dr<sup>a</sup> Juliana Quadros  
Coordenadora em Exercício do Curso de  
Especialização Educação em Direitos  
Humanos



MARLENE PEDROSO DE FRANÇA PEREIRA  
Estudante do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos  
UFPR Setor Litoral

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela sua infinita bondade e sabedoria, fornecendo-me força e saúde para alcançar meu objetivo.

Em especial a minha família, que me acompanhou, incentivando-me nos momentos de desânimo e me ajudou a seguir em frente, mesmo com as diversidades encontradas.

## **AGRADECIMENTO**

Á Deus, pois, “onde há fé, há amor, onde há amor, há paz, onde há Deus, nada falta...”

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2. BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>09</b>
<b>3. BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>15</b>
<b>4. COMO ENTENDER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>23</b>
4.1 ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO .....	23
<b>5. A INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>25</b>
<b>6. A INTEGRAÇÃO NA ESCOLA DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS .....</b>	<b>28</b>
6.1 ORIENTAÇÃO AOS PAIS .....	31
6.2 ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS .....	32
<b>7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>34</b>
7.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	34
7.2 UNIVERSO DA PESQUISA .....	34
7.3 RESULTADO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES REGENTES .....	35
7.4 ENTREVISTA COM PROFESSORES ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	39
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>47</b>

## RESUMO

O presente trabalho aborda o direito a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais na escola regular, com o objetivo de mostrar que é algo que pode acontecer de maneira simplificada basta proporcionar subsídios teóricos para a ação docente, uma vez que a compreensão de como se dará esta inserção na escola regular é para um melhor entendimento da aprendizagem e conseqüentemente um aprimoramento da transposição didática. É importante acompanhar a realização de cada passo de uma tarefa com comentários imediatos e úteis para o prosseguimento da atividade. Desenvolver no aluno competências de vida diária, competências sociais e de exploração e consciência do mundo envolvente. Incentivar o aluno a participar em atividades de grupo e nas organizações da escola. Trabalhar com os pais para elaborar e levar a cabo um plano educativo que respeite as necessidades do aluno, partilhar regularmente informações sobre a situação do aluno na escola e em casa. Como resultado, destaca-se a necessidade de revisão das estruturas curriculares dos cursos de formação de professores, em especial das licenciaturas, indicando como alternativa a inserção de disciplinas, ou a reestruturação de disciplinas já existente, com vista a propiciar a interlocução entre inclusão, ensino e aprendizagem.

Palavras chave: Inclusão escolar, Ensino Fundamental Regular, Direitos, necessidades Educacionais Especiais.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, aborda a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, com a finalidade de refletir e discorrer sobre a aprendizagem destes alunos, a inserção no meio, a importância dos pais e equipe pedagógica para um trabalho de qualidade, um histórico da educação especial com decretos e leis, legislações sancionadas neste âmbito.

A presente pesquisa tem por intuito conhecer as estratégias e as ações utilizadas pelos professores e coordenação pedagógica de escolas regulares da rede municipal, entender o processo de inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares da rede pública. Contribuir para compreensão do processo de inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares. E entre outros livros, relatos, trabalhos disponíveis nas redes sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Perceber quais são os facilitadores e as barreiras desse processo, se a família da criança está pronta para incluir ela no meio social, que é a escola regular, e se esta se encontra preparada para receber esses alunos com necessidades especiais.

A inclusão e a diversidade são temas ainda muito discutidos na área educacional. A entrada das crianças com necessidades especiais nas escolas representou um grande avanço, marco de uma conquista histórica, ainda há muito que se fazer para que realmente se torne uma escola de qualidade inclusiva, pois, deve estar comprometida com a diversidade e muitos professores não estão preparados ainda para trabalhar com estes alunos os excluindo em sua sala de aula. Muitos avanços seriam necessários nas capacitações de professores para que a exclusão torne-se algo do passado.

As reflexões a cerca do assunto ainda é grande visto que o preconceito também toma conta destas crianças com necessidades especiais, tanto da parte dos profissionais quanto dos próprios colegas. Por isso devemos ter uma prática pedagógica consciente e renovadora para esclarecer que estes alunos têm seus direitos tão amparados quanto qualquer um na sua aprendizagem e meio social. Já

que este momento contemporâneo reclama pela construção cada vez mais de escolas inclusivas e abertas a diversidade

Assim este projeto surgiu da necessidade do professor, adquirir uma base sólida que possa amparar essas crianças com necessidades especiais, que estão chegando às escolas regulares municipais. A possibilidade de se cumprir a meta tão esperada na inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede municipal. A formação é a medidas essenciais para o desafio da inclusão dos alunos nas escolas regulares da rede municipal. Isto se dará através de todos os que estão envolvidos a contribuir com o processo de inclusão para que não haja a exclusão dos alunos que participam do processo.

Para que uma escola seja integradora e inclusiva, o processo de ensino aprendizagem deve estar em constante movimento, a fim de atender as reais necessidades do educando, tornando o mesmo um participante ativo do processo de ensino.

As ações de ensino e aprendizagem constituem um processo onde os que aprendem ensinam e todos os que ensinam aprendem, mas para isso todas as ações educativas devem estar centralizadas no ensino aprendizagem. Deve-se ter a consciência de que as dificuldades que irão surgir neste processo são frutos do próprio processo educacional, pois a aprendizagem ocorre de forma diferente para cada pessoa.

Um dos princípios fundamentais da escola inclusiva é que todas as pessoas possuem plenas condições de aprendizagem, dependendo apenas do apoio especializado que as mesmas recebem.

Nesta perspectiva o sistema educacional deve rever conceitos solidificados durante anos sobre o atendimento de seus educandos.

A escola deve propiciar a inclusão total das pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo o professor um agente de extrema importância nesse processo.

## 2 BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é sem dúvida uma prática que traz consigo diversas inovações, sendo uma delas a qualidade de ensino para todos os educandos, e levando a escola a aperfeiçoar sua prática. É um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro. São barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos.

A Declaração de Salamanca realizada na Espanha em 1994 determina o providenciamento da escolaridade para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Esta declaração reconhece os desafios e barreiras que o sistema educacional irá enfrentar, porém busca novas alternativas para atender a todos os alunos.

A este respeito à Declaração de Salamanca (1994, p.10) afirma que:

Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula.

Para que uma escola seja realmente inclusiva, todo o sistema educacional deve passar por uma profunda renovação e reorganização de suas bases pedagógicas. Esta nova concepção pedagógica deve levar em consideração acima de qualquer aspecto às diferenças apresentadas em cada elemento que compõe a comunidade escolar.

Portanto, o trabalho inclusivo deve primar por uma prática educacional coletiva onde todos os elementos ligados direta ou indiretamente formam um sistema integrado para o melhor desenvolvimento dos educandos.

Uma educação de qualidade irá propiciar um desenvolvimento pleno não apenas da comunidade em que está inserida a escola, mas sim um crescimento econômico, social e cultural de todo um país. Para qualquer sociedade desenvolvida

ou que pretende se desenvolver, a base estrutural dessa sociedade deve ser uma educação de qualidade.

Sendo assim, cada cidadão que possui necessidades educacionais especiais, deve ser muito bem avaliado em todo o seu contexto. A inclusão deve respeitar as reais condições desse educando em ser incluído, promovendo assim uma inclusão com responsabilidade social.

Segundo Carvalho (1997. p. 84), a educação especial não deve ser vista pela sociedade como um subsistema educacional, ou seja, um sistema à parte. Deve ser vista como a possibilidade de melhorias educativas no sistema educacional global. Um conjunto de recursos e serviços que devem ser utilizados para melhorar uma prática pedagógica dentro e fora da escola.

A educação inclusiva ainda é vista com muito receio por parte de toda a comunidade escolar, muitos destes profissionais que estão atuando não tiveram a oportunidade de abordar tais temas em seus cursos de formação. Não possuem experiência prática nem teórica sobre educação especial, não sendo estimulados a buscar informações. Sendo resultado de todo este despreparo, uma forte resistência por parte dos educadores em aceitar a inclusão.

Deve-se incentivar a pesquisa, debates e busca de informações para o enfrentamento desta nova realidade educacional. Isto irá provocar um maior interesse de toda a comunidade escolar.

A falta de informação é o grande desafio para a inclusão. Diversos profissionais se sentem desconfortáveis quando são questionados no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Segundo Werneck (1997, p.62), professores do ensino regular e da educação especial por muitas vezes temem a inclusão. Professores do ensino regular argumentam despreparo para tratar estas questões, e não desejariam assumir um papel em que os mesmos acreditam não conseguir cumpri-lo. Por outro lado muitos especialistas em educação especial ficam receosos com a inclusão, pois temem que a educação especial acabe definitivamente sendo eliminada toda sua experiência profissional.

Isto ocorre devida ao movimento natural da educação inclusiva, pois profissionais das mais diversas áreas da educação passam a rever suas concepções a respeito da educação e por consequência revendo suas práticas docentes.

As atividades pedagógicas planejadas e desenvolvidas devem primar por um trabalho coletivo entre todos os componentes do ambiente escolar.

Deve haver uma interação constante entre o professor regente da classe regular e o professor especializado em educação especial.

Neste trabalho coletivo não existe superioridade entre um ou outro profissional, o que deve existir é um sistema de cooperação onde cada profissional irá contribuir com a área em que é especializado, a fim de atender da melhor maneira o educando.

Um trabalho participativo desde a elaboração das adaptações curriculares presentes no planejamento, passando pelos procedimentos metodológicos utilizados em sala de aula, chegando à avaliação e em como esta avaliação é desenvolvida no ambiente escolar.

Para Mittler (2003, p. 186), muitos dos educadores que estão atuando já possuem conhecimento dos procedimentos pedagógicos que devem assumir frente à educação inclusiva, o que lhes falta é a confiança para atuar no ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais. Ainda existe o mito que para se desenvolver um trabalho na inclusão é necessário uma formação específica na área de educação especial. Sendo que o mais importante neste contexto é que o professor acredite no seu conhecimento adquirido durante anos de experiência, na capacitação contínua e no potencial do educando que esta em sua classe.

As atitudes dos educadores influenciam diretamente nas políticas educacionais, por este motivo todos os educadores devem estar em permanente capacitação e não se restringindo a uma especialização pontual em sua prática docente.

Neste contexto educacional a escola possui um papel fundamental para mobilizar e transformar toda uma sociedade. Pois a escola não se reduz apenas aos muros da escola.

Segundo Carvalho (2004, p. 37), a aprendizagem não se reduz apenas ao ambiente escolar propriamente dito, mas sim em todo um contexto social que os indivíduos estão inseridos. São inúmeras às vezes, que a aprendizagem ocorre em espaços que trazem experiências que são significativas para o educando, levando o mesmo a vários processos reflexivos desenvolvendo cada vez mais sua autonomia.

Acima de qualquer questão, o que deve ficar claro é que a educação deve atender a todos. Deve promover e valorizar todos os cidadãos que dela necessitam, não marginalizando muito menos excluindo nenhuma pessoa.

Stainback (1999, p. 250) afirma que a inclusão valoriza todos os membros de uma sociedade, promovendo o respeito às diferenças bem como uma convivência pacífica e harmoniosa.

Quando se trata da prática pedagógica para a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais, deve estar muito claro que isso implica acima de qualquer coisa uma mudança de postura frente a esta nova realidade educacional.

O profissional que atua direta ou indiretamente na educação deve rever suas concepções, transformando assim sua prática docente auxiliando cada vez mais educandos envolvidos neste processo, sejam eles educandos com necessidades educacionais especiais ou não.

Para que a inclusão educacional aconteça em sua plenitude, um conjunto de profissionais deve estar envolvido diretamente neste processo. Contribuindo em um movimento dialético na implementação de uma metodologia adequada no atendimento destas classes inclusivas.

Para que um professor seja um agente que promova a inclusão dentro e fora da escola, é necessário que este profissional tenha um forte embasamento teórico. E este embasamento deve ser transmitido desde a sua formação inicial, se tornando assim um processo contínuo.

Uma profunda reestruturação deve acontecer não apenas nas escolas, mas principalmente nos cursos de formação de docentes. Para que assim este profissional que irá sair da universidade possua condições de identificar e se possível atender este novo desafio educacional da atualidade.

Desta maneira a educação inclusiva estabelece uma reforma em toda a formação de profissionais da educação, organizando assim modelos de superação de práticas pedagógicas que atendem as necessidades de todos os educandos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não.

Este processo inclusivo traz consigo uma profunda revisão de conceitos e concepções. Não apenas do professor, mas a revisão de toda uma sociedade que esta conectada direta ou indiretamente a educação.

Com a educação inclusiva a escola passa a buscar cada vez mais recursos para atender da melhor maneira estes educandos. Esta busca é caracterizada por elementos como serviços especializados, apoio educacional, reorganização de metodologias adequadas entre outros.

Sendo assim para que uma prática docente realmente seja inclusiva, diversos fatores devem estar associados, como por exemplo, fundamentação teórica, apoio especializado, recursos materiais entre outros. Mas se faz de extrema importância o apoio e assessoria contínua de uma equipe pedagógica.

Desta forma deve-se ter a clareza de que o profissional que irá atuar na educação inclusiva deverá possuir uma formação permanente através da formação continuada, atividades de pesquisa, grupos de estudo entre outros meios de formação.

Para que isso ocorra à comunidade deve incentivar a elaboração de políticas públicas que possibilitem a concretização dessa formação contínua dos profissionais que irão atuar em uma educação inclusiva.

Neste mesmo segmento Paulino (2006, p.66), aponta que:

A importância de construir e cultivar culturas, políticas e práticas de inclusão durante o processo de formação como um processo permanente, ou seja, ocorre antes, durante e após a formação acadêmica específica, sendo permeada por valores que são construídos ao longo da vida do sujeito e de acordo com o contexto de sua formação enquanto pessoa e profissional.

Cabe a escola, família, comunidade, poder público, enfim, cabe a toda sociedade promover e zelar por um atendimento educacional inclusivo e de qualidade.

Este sistema educacional inclusivo deve promover uma rede de elementos que possibilitem o apoio necessário para que o educando se desenvolva cada vez mais, seja este desenvolvimento acadêmico, cultural, afetivo ou social.

Paralelamente com esta afirmação Mazzotta (2005, p.187), afirma que:

Zelar para que o atendimento educacional caracterizado como especial seja, pelo fato, especial, incluindo como elemento central o professor especializado, além de currículos adaptados ou especiais e materiais, aparelhos e equipamentos específicos (MAZZOTA, 2005, p.187).

Com esta nova realidade educacional, a educação inclusiva surge para atender a grupos minoritários, que por séculos foram massificados por uma sociedade injusta e homogenizadora.

Sendo assim, a educação inclusiva promove um processo de reflexão não apenas na escola, mas em toda a sociedade mundial. Com o objetivo de criar uma sociedade mais justa, que respeite e aprenda com as diferenças. Não repetindo assim os mesmos erros de seus antepassados.

### 3 BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação não está baseada apenas em bases conceituais, sendo assim a educação inclusiva também depende de políticas públicas para que se torne efetivamente algo concreto.

Neste contexto as discussões que tratam da educação especial permeiam todo cenário mundial da atualidade, influenciando direta e indiretamente as políticas educacionais que são elaboradas no âmbito nacional.

Um dos documentos internacionais de maior importância para a educação especial, sem dúvida é a Declaração de Salamanca elaborada no ano de 1994 na Espanha.

Esta Declaração reúne representantes de diversos países e tem como objetivo principal assegurar que a educação para pessoas com necessidades especiais, seja parte integrante do sistema educacional.

A Declaração de Salamanca (1994, p.18), tem como princípio que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. No contexto destas Linhas de Ação o termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e tem, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização.

Mesmo com estas tendências vindas de países mais desenvolvidos, o Brasil desde sua Constituição Federal já demonstra um cuidado no que diz respeito ao atendimento as pessoas com necessidades especiais. A lei número 8069 de 1990 dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente e da maneira que deve ser o atendimento destes menores em idade escolar. Esta lei em seu capítulo número 5,

declara que estes menores que possuem necessidades educacionais especiais, devem ser matriculados e atendidos preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, todos os menores devem ter assegurados pelo Estado o acesso e a permanência na escola em condições de igualdade a todos os outros indivíduos.

Na Constituição Federal de 1988, trata com muita clareza a obrigação do Estado em garantir não apenas o acesso à educação de pessoas com necessidades especiais, mas também uma rede de serviços especializados para atender estes cidadãos brasileiros que necessitam de tais atendimentos educacionais especializados. Esta atenção especial fica evidente no artigo número 208 da Constituição Federal de 1988.

Segundo a Constituição Federal (1988, p.41), determina que:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Desta maneira, a educação especial passa a possuir um status de caráter realmente educacional, deixando de lado seu aspecto assistencialista e paternalista. Pois à medida que a legislação institui um atendimento educacional especializado em sua esfera federal, os demais setores da sociedade passam a ter a obrigação de fazer cumprir tais atendimentos especializados.

A escola sobre tudo inicia um processo de revisão de seus parâmetros educacionais no que diz respeito à educação especial, revendo sua prática pedagógica para o atendimento de pessoas com necessidades especiais.

Outras leis dirigidas para a educação especial passaram a surgir, sempre tendo como foco principal a inclusão educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Estas novas políticas educacionais inclusivas passam a ter uma preocupação com a oferta de programas adequados para atender as reais necessidades deste educandos.

A Lei número 7853/89 de 1989 de Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência tem como principal objetivo o apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais. Apoio este atribuído em forma de programas

complementares ao ensino regular, estimulando assim a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Esta mesma Lei número 7853 de 1989, em seu artigo de número 2 faz referências a educação especial e de que maneira ela deve integrar o ensino regular.

Nesta perspectiva a Lei de Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência (1989, p.01), indica que:

a) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino; b) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência; c) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo; d) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.

Porém sem duvida nenhuma, umas das leis mais importantes na área não apenas da educação especial, mas de toda a educação brasileira foi à elaboração e publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esta legislação trata da educação em seus mais diversos aspectos, atribuindo uma atenção específica também a educação especial.

A LDB passa a tratar a educação especial como uma modalidade de ensino, que deve se apresentar de forma transversal passando assim por todos os níveis da educação básica e superior. Ofertando não apenas a vaga na rede regular de ensino a pessoas com necessidades educacionais especiais, mas também um serviço de apoio especializado que consiga propiciar a este educando uma educação de qualidade promovendo assim uma educação de qualidade.

Em seu artigo número 58 de 1996 a LDB trata diretamente de aspetos da educação especial. Elementos como o atendimento especializado e oferecimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino estão presentes novamente no artigo número 58 da LDB.

Desta maneira a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996, p.17), declara que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A elaboração de um Plano Nacional é fundamental para o desenvolvimento de qualquer setor da sociedade, sendo assim a educação não se faz diferente. A criação de um Plano nacional da Educação estabelece um horizonte do desenvolvimento de políticas e práticas adequadas a este segmento.

Desta maneira a elaboração do Plano Nacional da Educação no ano de 2000 veio a contribuir de forma intensa para o cumprimento de tais objetivos explicitados neste plano.

Seguindo tendências internacionais e nacionais, tal Plano Nacional da Educação atribui uma atenção muito grande a Educação Especial, estabelecendo metas, objetivos e diretrizes para o trabalho pedagógico nesta modalidade de ensino. O capítulo de número 8 trata especificamente da educação especial.

Neste aspecto o Plano Nacional da Educação (2000, p.53), afirma que deve existir:

- integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas;
- ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico;
- melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para essa clientela;
- expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

Este Plano Nacional da Educação estabelece uma série de medidas que devem auxiliar alunos e professores no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Criando diretrizes que realizem a inclusão de pessoas com necessidades especiais de uma maneira mais coerente e eficaz possível. Estas diretrizes influenciam de maneira direta o trabalho desenvolvido nos estabelecimentos de ensino.

De acordo com o Plano Nacional da Educação (2000, p.54), destaca:

A sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos

professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc.

A escola é responsável pelo acompanhamento de educandos inclusos com necessidades especiais, promovendo uma série de ações que possibilitem um desenvolvimento integral deste e dos demais educandos com ou sem necessidades especiais.

Apoio especializado, adaptações curriculares, ensalamento adequado destes educandos são medidas de responsabilidade da escola. Porém a Resolução CNE/CEB de 2001 vem priorizar alguns destes itens que são de fundamental importância para uma prática pedagógica inclusiva. Oferecendo suporte não apenas a escola, mas também a professores e educandos com necessidades especiais.

Neste aspecto a Resolução Nº 02 CNE/CBE (2001, p.3) em seu artigo número 8, estabelece que as escolas devam prever e promover em sua organização:

I - professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; III - flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; IV - serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns;

Faz-se necessário que toda esta mobilização por uma educação inclusiva tenha um apoio não apenas pedagógico, mas também um apoio financeiro para possibilitar a compra de recursos que podem auxiliar a prática pedagógica no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Um dos mais importantes recursos financeiros é viabilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e também pelo Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiências (PAED). Ambos os recursos fazem cumprir o artigo 208 da Constituição Federal.

A Lei número 10.845 do ano de 2004 estabelece que estes programas devem auxiliar no processo escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais. Promovendo serviços especializados aos educandos incluídos em classes regulares e um atendimento educacional de qualidade para aqueles que não possuem condições de freqüentar escolas que ofertam o ensino regular.

Sendo assim a Lei número 10.845 (2004, p.01) em seu artigo 1 afirma que esta legislação deve:

I - garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular; II - garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.

Assim como outros segmentos da sociedade a educação especial também necessita de um estatuto próprio, que destaque em seus artigos vários elementos para o atendimento de pessoas com necessidades especiais.

Desta maneira no ano de 2006 fica aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que destaca direitos que devem ser assegurados a todas as pessoas com necessidades especiais, bem como cumprimento destes direitos pela sociedade atual.

Dentre estes elementos destacam-se os direitos a educação de qualidade primando pelo desenvolvimento educacional, social, afetivo entre outros aspectos do desenvolvimento humano.

Pode-se salientar nos seus artigos 36 e 37 o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2006 p.25), aponta que:

A educação é direito fundamental da pessoa com deficiência e será prestada visando o desenvolvimento pessoal, qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a salvo de toda a forma de negligencia, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

O Estado do Paraná, seguindo as tendências mundiais e nacionais, também estabelece políticas públicas em prol da educação especial. A Instrução 05 de 2004 rege o funcionamento da sala de recursos no Estado do Paraná, estabelecendo

assim critérios para o funcionamento, atendimento, alunado entre outros ítems de extrema importância para o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de recursos.

Este serviço especializado deve conduzir práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento de educandos com necessidades especiais.

Desta maneira a Instrução 05 (2004, p.5) que trata das salas de recurso, determina que:

O trabalho a ser desenvolvido na Sala de Recursos deverá partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na Classe Comum. O professor da Sala de Recursos deverá apoiar e orientar o professor da Classe Comum, quanto às adaptações curriculares, avaliação e metodologias que poderão ser utilizadas na sala de aula, em atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico que deve atuar como um serviço complementar para a inclusão de educandos com necessidades especiais.

Um dos documentos mais importantes do Estado do Paraná é o que trata das Diretrizes Curriculares da Educação Especial. Este documento estabelece elementos pedagógicos para o atendimento de pessoas com necessidades especiais. Tais Diretrizes estabelecem núcleos de atendimento, cabendo assim responsabilidades diferenciadas ao estado, comunidade e escola. Determina os objetivos primordiais para uma prática educacional efetivamente inclusiva.

Sendo assim, as adaptações curriculares que podem auxiliar no desenvolvimento do trabalho pedagógico devem ser elaboradas por todos os segmentos que estiverem conectados direta ou indiretamente a escola em questão.

Desta maneira a educação inclusiva terá sua real importância no desenvolvimento do trabalho pedagógico, que visa à independência de todos os educandos sejam eles educandos com necessidades especiais ou não.

Criando desta maneira cidadãos com potencialidades para transformar o futuro em um lugar com oportunidades igualitárias para o desenvolvimento de todas as pessoas.

Neste contexto, a educação inclusiva aparece como um dos desafios contemporâneos não apenas do sistema escolar, mas de toda uma sociedade que luta pela igualdade de todos os cidadãos.

Estabelecendo assim uma conexão entre a legislação vigente, os conceitos de estudiosos do referido tema e da prática cotidiana prática na escola. Uma sociedade deve estar em constante batalha para não oprimir as minorias sejam elas de ordem genética, cultural, social ou outros grupos minoritários.

Desta maneira, a escola será apenas um reflexo de uma sociedade justa que respeita a diversidade, oferecendo oportunidades de desenvolvimento a todos os cidadãos. Oferecendo plenas condições de desenvolvimento em qualquer ambiente que se encontram.

## **4 COMO ENTENDER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **4.1 ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO**

A Constituição Federal elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV).

A LDBEN, a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (art. 58 e seguintes), o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (art. 59, § 2º).

A LDBEN e as inovações trazidas pelo Decreto 3.956/2001 (Convenção da Guatemala)

Posterior a LDBEN, surgiu uma nova legislação, que como toda lei nova, revoga as disposições anteriores que lhes são contrárias ou complementa eventuais omissões. Trata-se da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala. A Convenção da Guatemala deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição, baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o

reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. 1º, nº 2, “a”).

Um aluno inserido numa classe regular não pode ser confundido com ser integrado nesta classe, pois, se não interagir está somente integrado. E não proporciona condições de melhoria da educação geral. O acesso de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é admitido àqueles que: (...) possuem condições de acompanhar as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. (MEC, 1994: p.19).

Uma verdadeira inclusão rompe com todos os paradigmas existentes e envolve todos os excluídos para que o sistema seja de fato para uma aprendizagem de qualidade.

Como nos diz SASSAKI:

“Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”. (Sasaki, 1999, p. 167).

A inclusão beneficia todas as pessoas e não só as com deficiência, porque a verdadeira inclusão é para todos e não só para os excluídos que provarem estar aptos. É preciso que a escola reveja suas funções pedagógicas, para que possa melhorar as condições de trabalho para que possam receber estes alunos, aprimorando suas ações para garantir uma aprendizagem de qualidade.

Dessa maneira pode-se observar que a atenção educacional dedicada aos educandos, em dias atuais nomeados como educandos portadores de necessidades especiais, está determinada por concepções de atendimentos individuais que cogitam diferentes paradigmas nas relações sociais em todo seu contexto.

## 5 A INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A educação inclusiva acolhe a todos com necessidades educacionais especiais, independente do que seja a sua deficiência. O sistema educacional defende uma educação por uma escola heterogênea e acolhedora, não uma escola exclusiva, preconceituosa. A educação inclusiva requer um preparo das escolas para receber estes alunos, vendo e revendo currículos, espaço pedagógico, metodologias, os recursos didáticos que serão usados, enfim todos os meios para que estes alunos possam ter uma educação de qualidade e inclusiva.

É importante valorizar o aluno, aumentando sua autoestima, o aceitando na sociedade. As pessoas com necessidades educacionais especiais estão por toda parte, em todos os setores se fazem presentes em nossa sociedade e buscam estar inseridos na mesma para garantir sua participação profissional, pessoal e social. Uma educação inclusiva começa pela educação, sem preconceitos ou discriminação.

Durante muito tempo as pessoas com necessidades especiais sofreram preconceitos junto à sociedade. Mais com a evolução conquistou através das leis os direitos humanos dos mesmos, foi uma marco histórico no Brasil muito importante. Porque embora as leis tenham sido bem sintetizadas ainda assim muitas vezes não são cumpridas de fato.

Como diz Sasaki:

[...] repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. (SASSAKI, 1999, p. 41-42).

Sasaki ainda afirma que:

[...] para garantir que as medidas de acesso e permanência na escola sejam implementadas de acordo com a nova visão de sociedade, de educação e de cidadania em relação a diversidade humana e as diferenças individuais, todas as pessoas devem ser aceitas e valorizadas pelo que cada uma possui para contruir o bem comum, aprender e ensinar, estudar e trabalhar, cumprir deveres, usufruírem direitos e ser feliz. (SASSAKI, 2001, p. 1).

Assim somos responsáveis sim pelo bom atendimento destes alunos com necessidades educacionais especiais, o que necessita é que as políticas públicas de inclusão façam valer a preparação que as escolas devem ter para a inserção destes alunos. Para que as práticas pedagógicas sejam de boa qualidade e inclusiva.

Como apontam Amaro e Macedo:

[...] acreditamos que uma vez iniciada uma prática voltada para reflexão, construção dinâmica do conhecimento e mobilização de esquemas e recursos, será mais fácil de enfrentarmos os desafios colocados para a busca de uma educação e sociedade mais justa, humana, solidária e cooperativa. (AMARO, MACEDO, 2001, p. 58).

É necessário que para o aluno com necessidades educacionais especiais seja realizado um trabalho diferenciado, para que se possa desenvolver as habilidades com as necessidade de cada um.

É importante também que para atender estes alunos com necessidades educacionais especiais o sistema regular de ensino esteja preparado com programas educacionais e a formação destes professores. Pois com base nisso o professor irá buscar novos métodos de ensino e aperfeiçoar suas habilidades em sala de aula.

Espera-se, com essa preparação, que o professor torne confiante em sua capacidade de atender a diversidade dos alunos, a partir de: conhecimentos referentes à Psicologia e Epistemologia Genéticas de Piaget, Vygotsky e Wallon; habilidades técnicas que possibilitem uma aplicação cada vez mais pertinente, as salas de aula, dos princípios de Educação emanados das teorias desses autores, e capacidade de planejar, criar e experimentar situações que favoreçam o desenvolvimento afetivo, cognitivo, social e perceptivo-motor dos alunos (BRASIL, 1995, p. 17).

Para tanto, com o intuito de alcançar tais objetivos o Conselho Nacional de Educação aprovou a Portaria n° 1.793/94, que recomenda os cursos de formação de professores contemplem a disciplina e conteúdo específicos sobre portadores de necessidades especiais.

Aranha (2000) destaca que:

A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que possa reconhecer e aceitar a diversidade na vida em sociedade. Isso significa garantia de acesso de todos e todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2000, p. 18).

Assim para que de fato posso existir a inclusão é necessário que todos se sintam apoiados e subsidiados nas tarefas de integrar esses alunos no cotidiano de sala de aula, sem excluí-los e sim acolhendo a cada um de acordo com suas necessidades especiais educacionais.

## **6 A INTEGRAÇÃO NA ESCOLA DA CRIANÇA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

A lei é categórica: todas as crianças e jovens de 6 a 14 anos devem estar matriculados na rede regular de ensino, sem exceção. Entre os objetivos que se apresentam, está o de ensinar os conteúdos curriculares de uma forma que permita também aos que têm necessidades educacionais especiais aprender. Para alcançá-lo, é necessário respeitar o ritmo e os limites de cada aluno e, propor as mesmas atividades a toda turma - incluindo os estudantes que têm deficiências como síndrome de Down, síndrome de Williams e autismo.

Algumas estratégias permitem que essas crianças e jovens não frequentem as aulas apenas como um passatempo ou uma atividade de recreação.

O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola. Atividades com esse propósito se encaixam no dia-a-dia dos professores e alunos e tendem a dar resultados a longo prazo. Na escola inclusiva, por exemplo, todos os alunos com deficiência têm exatamente os mesmos materiais que os demais, garantindo que ninguém se sinta discriminado.

Outra preocupação constante dos professores é pedir que esses estudantes escrevam, não importa como ou o quê. Na escola inclusiva acredita-se que todos podem avançar e cada progresso é percebido e comemorado.

A proposta pedagógica leva em conta também as necessidades de adaptação dos alunos com deficiência a pessoas e ambientes novos. É comum essas crianças e jovens, assim que entram na escola regular, não quererem permanecer mais do que cinco minutos dentro da sala de aula, terem comportamento agressivo ou se refugiarem no isolamento.

Em vez de insistir em permanecer em sala, os professores devem levar a turma para o pátio ou outro lugar apropriado no espaço físico e lá dar suas aulas. Isso ajuda muito o aluno a se aproximar do grupo. O aluno começa a respeitar a rotina e as regras comuns a todos.

Nas salas em que há estudantes com deficiência, os professores organizam um rodízio para determinar quem vai auxiliar o colega a cada dia. E essa mãozinha não se limita às tarefas de classe. O ajudante da vez acompanha o amigo na hora da merenda, escolhe um livro e conta a história para ele ou o ajuda a ir ao banheiro. Eles se sentem importantes com essa atribuição e é esse sentimento que queremos despertar.

A criança com necessidades educacionais especiais deve ser solicitada a participar de todos os projetos junto com a turma. Portfólio exhibe os avanços. Fazer um portfólio com as produções dos alunos durante sua permanência na escola é fundamental para ajudar a acompanhar o progresso de cada um e planejar novas intervenções. No caso das crianças com deficiência mental, esse recurso mostra que elas também avançam - o que é animador para seus professores.

Quando um aluno termina a atividade antes dos colegas, pode começar a tumultuar a aula ou tirar a concentração dos demais.

A criança com necessidades educacionais especiais não é diferente. Ela muitas vezes perde o interesse pelas tarefas. Por isso, é importante sempre deixar na sala materiais de artes para que todos possam colar, pintar, desenhar, moldar ou bordar no tempo livre. Essas atividades ajudam também a melhorar a concentração dos alunos, no contato com a arte, aprimora a concentração e demonstra interesse pelas tarefas.

Alunos com dificuldade de concentração precisam de espaço organizado, rotina, atividades lógicas e regras. Como a sala de aula tem muitos elementos - colegas, professor, quadro-negro, livros e materiais, focar o raciocínio fica ainda mais difícil. Por isso, é ideal que as aulas tenham um início prático e instrumentalizado. Não adianta insistir em falar a mesma coisa várias vezes. Não se trata de reforço. Ele precisa desenvolver a habilidade de prestar atenção com estratégias diferenciadas para, depois, entender o conteúdo.

O ponto de partida deve ser algo que mantenha o aluno atento, como jogo de tabuleiro, quebra-cabeças, jogos de memória e imitações de sons ou movimentos do professor ou dos colegas – em Geografia, por exemplo, ele pode exercitar a mente traçando no ar com o dedo o contorno de uma planície, planalto, morro e montanha.

Também é importante adequar a proposta à idade e, principalmente, aos assuntos trabalhados em classe. Nesse caso, o estudo das formas geométricas

poderia vir acompanhado de uma atividade para encontrar figuras semelhantes que representem o quadrado, o retângulo e o círculo.

A meta é que, sempre que possível e mesmo com um trabalho diferente, o aluno esteja participando do grupo. A tarefa deve começar tão fácil quanto seja necessário para que ele perceba que consegue executá-la, mas sempre com algum desafio. Depois, podem-se aumentar as regras, o número de participantes e a complexidade.

A falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é outra característica comum de alguns alunos com necessidades educacionais especiais. O professor deve enaltecer o uso social da língua e usar ilustrações e fichas de leitura. O professor pode desenvolver com os alunos um projeto baseado na autoidentificação forma encontrada para tornar o aprendizado mais significativo.

A primeira medida é pedir que tragam fotos, certidão de nascimento, registro de identidade e tudo que poderia dizer quem eram. O material vai compor um livro sobre a vida de cada um e, enquanto se empolgam com esse objetivo, eu alcanço o meu, que é ensiná-los a escrever.

É o convívio com os colegas que trará o desenvolvimento do estudante. Para integrá-lo, as dicas são dar o espaço de que ele precisa mantendo sempre um canal aberto para que busque o educador e os colegas.

O professor deve entender as dificuldades dos estudantes com limitações de raciocínio e desenvolver formas criativas para auxiliá-los.

De todas as experiências que surgem no caminho de quem trabalha com a inclusão, receber um aluno com necessidades educacionais especiais parece a mais complexa. Para o surdo, os primeiros passos são dados com a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os cegos têm o braille como ferramenta básica e, para os estudantes com limitações físicas, adaptações no ambiente e nos materiais costumam resolver os entraves do dia-a-dia.

Mas por onde começar quando a deficiência é intelectual?

Melhor do que se prender a relatórios médicos, os educadores das salas de recurso e das regulares precisam entender que tais diagnósticos é uma pista para descobrir o que interessa: quais obstáculos o aluno enfrentará para aprender - e eles, para ensinar. No geral, especialistas na área sabem que existem características comuns a todo esse público.

São três as principais dificuldades enfrentadas por eles: falta de concentração, entraves na comunicação e na interação e menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente.

Há crianças que reproduzem qualquer palavra escrita no quadro, mas não conseguem escrever sozinhas por não associar que aquelas letras representem o que ela diz.

## 6.1 ORIENTAÇÃO AOS PAIS

É importante conhecer, para fins de informação, sobre as necessidades educacionais especiais, em específico a deficiência do próprio filho: outros pais, professores e técnicos poderão ajudar. Incentivá-lo a ser independente, por exemplo, ajude a aprender competências de vida diária, tais como: vestir-se, comer sozinho, tomar banho, arrumar-se para sair. Atribuir tarefas próprias e de responsabilidade. Calem ter sempre em mente a sua idade real, a sua capacidade para manter-se atento e as suas competências, dividir tarefas em passos pequenos.

Por exemplo, se a tarefa é a de pôr a mesa, primeiro que escolha o número apropriado de guardanapos; depois, que coloque cada guardanapo no lugar de cada membro da família. Se for necessário, realizar cada tarefa em cada passo. Nunca abandona-lo numa situação em que não seja capaz de realizar com sucesso. Se não conseguir, demonstre como deve ser.

Elogie a criança para que esta sempre consiga resolver um problema. Não esqueça de elogiar também quando se limita a observar a forma como se pode resolver a tarefa, pois, esta realizou algo importante.

É de extrema importância saber quais são as competências que a criança está aprendendo na escola, e encontrar formas de aplicar essas competências em casa.

Por exemplo, se o professor lhe está ensinando a usar o dinheiro, leve o seu filho ao supermercado, para que a criança reconheça o dinheiro necessário para pagar as compras, demonstre sempre como se faz, mesmo que a criança pareça não perceber. Oportunize na sua comunidade para que a criança possa participar

em atividades sociais, por exemplo: escoteiros, os clubes, atividades de desporto. Isso o ajudará a desenvolver competências sociais e a divertir-se, informar aos outros pais, aqueles que têm filhos com necessidades educacionais especiais, estes podem partilhar conselhos práticos e apoio emocional. Faltar a reuniões de escola, em que os professores vão elaborar um plano para responder melhor às necessidades do seu filho, não é aconselhável.

Se a escola não se lembrar de convidar os pais, mostre a sua vontade em participar na resolução dos problemas. Não desista nunca de oferecer ajuda aos professores para que conheçam melhor a criança. Perguntar também aos professores como é que pode apoiar a aprendizagem escolar da mesma em casa.

## 6.2 ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS

- PROPORÇÃO

O desenvolvimento da coordenação motora pode ser mais lento em crianças que tem deficiência mental. Uma das maneiras de estimular o aluno a dominar seus movimentos é fazê-lo escrever o nome em folhas de papel de diferentes tamanhos. Assim, ele também visualiza a necessidade de aumentar ou diminuir a letra de acordo com o espaço.

- INTERAÇÃO

É muito comum uma criança com necessidades educacionais especiais ter problemas de oralidade. Por isso, aulas que estimulem o aluno a contar histórias são bem vindas. É importante dar continuidade à atividade com bate-papos na classe sobre os personagens ou sugerindo que os estudantes deem o próprio final à trama e o apresentem aos colegas. A atividade deve sempre ser feita com a turma toda.

- VARIEDADE

Diversifique os meios de acesso ao conteúdo na sala de aula. Crianças com necessidades educacionais especiais (e sem deficiência também) nem sempre aprendem por meio de folhas com exercícios impressos, livros didáticos ou material concreto de Matemática. Elas podem se identificar mais com músicas, passeios, desenhos, vídeos ou debates.

- PLANEJAMENTO

O professor deve elaborar o planejamento pedagógico individual, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação de ingresso.

O planejamento pedagógico deve ser organizado e, sempre que necessário reorganizado de acordo com os interesses e dificuldades específicas de cada aluno: as áreas de desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio-afetiva e emocional) e os conteúdos pedagógicos defasados das séries iniciais, principalmente língua portuguesa e matemática.

A complementação do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor, na sala de recursos dar-se-á através de: Orientação aos professores da classe comum juntamente com a equipe pedagógica nas adaptações curriculares; A avaliação e metodologia que serão utilizadas no ensino regular; Atendimento aos alunos com deficiência mental, intelectual e, ou transtornos funcionais específicos na sala de aula comum, com ênfase a complementação do trabalho do professor nas disciplinas; Participação na avaliação do contexto escolar dos alunos com indicativos de deficiência mental, intelectual e, ou transtornos funcionais específicos.

## 7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 7.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação: Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Ramo de Atividade: Ensino Fundamental, Classe Especial, Sala de Recursos e centro de Atendimento para Portadores de Necessidades Educativas Especiais, Auditivas e Visuais.

Endereço: Rua Ceciliano Tavares nº 444 - Centro – Matinhos – PR.

Fone: (41) 3971 - 6121

A Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva – E.F., recebeu esse nome em homenagem ao pai do governador Roberto Requião, Wallace Thadeu de Mello e Silva, curitibano (médico formado em Belo Horizonte- MG em 1934), criminalista, professor universitário, primeiro Psicólogo do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

A escola atende em média 650 alunos, por sala a média é de 25 a 28 alunos.

### 7.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa realizada para este estudo contou com a participação de vinte professores regentes das mais diversas disciplinas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, com metodologias e práticas docentes bem diferenciadas de acordo com suas formações iniciais. Tais professores possuem idades que variam de vinte e cinco a cinquenta e cinco anos de idade, sendo que a experiência docente

também varia muito. Existem professores que trabalham com educação há cinco anos e outros há mais de vinte anos.

A coleta de dados para estes profissionais contou com a aplicação de questionários mistos, elaborados a partir de entrevistas não estruturadas sobre a sua prática pedagógica em classes que possuem educandos com necessidades educacionais especiais. Contou também com a observação não participante da prática docente destes profissionais.

Esta pesquisa abordou também profissionais especializados em educação especial, que atuam diretamente com alunos com necessidades especiais que estão inclusos no ensino regular. Foram entrevistados um total de três profissionais desta área, sendo que os mesmo se dividem em: uma professora que trabalha na área de deficiência mental e intelectual, uma professora que trabalha com alunos com deficiência visual e uma professora que trabalha como intérprete de alunos surdos.

O sistema de coleta de informações destes profissionais contou com entrevistas não estruturadas, perguntas abertas e observação não participante do trabalho desenvolvido por estas profissionais.

### 7.3 RESULTADO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES REGENTES

Os questionamentos que foram realizados junto a 12 professores regentes, foram feitos em um formato de perguntas mistas, entrevistas não estruturadas e observação não participante.

Fazendo a análise das respostas dadas pelos 12 professores pesquisados, podemos observar que no aspecto que trata da formação deste profissional para atuar em uma educação inclusiva, apenas 02 desses profissionais se declararam preparados para atuar nessa nova realidade educacional, pois já possuem experiência com alunos de educação especial, 03 afirmaram se considerar pouco preparados para atuar em uma educação inclusiva, pois não possuem referencial teórico para isso e o pouco que sabem foi por iniciativa própria em procurar informações sobre o assunto, mas 07 se consideram totalmente despreparados. Justificando tais respostas com a falta de cursos para trabalhar com estes alunos,

com uma deficiência em suas formações iniciais para trabalhar com a inclusão e que nunca participaram de cursos específicos que trouxessem conhecimento para trabalhar com tais diferenças.

Estas respostas demonstram que educadores se sentem despreparados para inclusão, pois não possuem uma capacitação e experiência para o ensino de educandos com necessidades especiais.

Outra questão visa observar como esta instituição pesquisada está adaptada, segundo a visão destes professores para atender a alunos inclusos. Os profissionais pesquisados afirmaram que a instituição pesquisada está situada entre pouco adaptada e não adaptada para a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais. Sendo que 05 declaram que a instituição é pouco adaptada, pois não possui espaço físico adequado, e o pouco material pedagógico adaptado é construído pelos poucos profissionais especializados que atuam nesta instituição. Mas 07 declaram que a instituição não está adaptada, pois segundo estes profissionais não existem materiais e nem tão pouco apoio pedagógico suficiente para atender esta realidade educacional.

Fica evidente que educadores indicam que a instituição ainda precisa se preparar muito para a inclusão, e isso não diz respeito apenas ao aspecto físico, mas também ao aspecto pedagógico.

Outro momento desta investigação trata a questão do planejamento adaptado e da revisão do currículo para atender a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais. Nesta questão 03 declara que faz estas adaptações individualmente, sem nenhum apoio pedagógico e estas adaptações são na realização de atividades e avaliações respeitando a limitação dos educandos, porém 09 afirmam que não são feitas adaptações de nenhuma espécie para atender a estes alunos com necessidades educacionais especiais.

Com estas respostas pode-se perceber que muitos educadores não possuem clareza do que são as adaptações curriculares, pois muitos já promovem estas adaptações mesmo sem perceber. Reivindicando um maior apoio pedagógico para que estas adaptações atendam as necessidades de tais educandos.

Uma abordagem sobre quais as mudanças que a escola deve fazer para atender a inclusão, vários elementos foram citados como: adaptações curriculares, recursos didáticos, adaptações arquitetônicas entre outros. Porém a mudança que todos os 20 professores pesquisados deram maior ênfase foi no aperfeiçoamento de

professores para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Pois, segundo estes professores, com uma formação adequada os próprios profissionais irão fazer e estimular estas mudanças citadas acima.

A formação continuada é algo que para os educadores pesquisados é algo imprescindível para que exista uma educação inclusiva de qualidade e responsabilidade.

Para que uma educação inclusiva aconteça plenamente deve haver uma relação contínua entre professores do ensino regular e professores especializados em educação especial. Nesta perspectiva um questionamento feito aos professores tratou justamente desta questão, ou seja, como ocorre esta interação entre tais profissionais. Nesta questão 08 destes professores afirmaram que existe uma interação em poucos momentos entre professores do ensino regular e professores especializados em educação especial. Segundo estes profissionais consultados não existem uma grande interação pela falta de tempo e horários de ambos os profissionais. Porém 04 indicaram que existe uma interação em todos os momentos, justificaram esta resposta afirmando que quando necessitam de auxílio se dirigem até estes profissionais especializados não esperando que tais profissionais venham oferecer auxílio.

Quando questionados de como ocorre o acompanhamento pedagógico para o atendimento de alunos inclusos, um total de 06 afirmam que este acompanhamento é feito apenas pelo professor especializado em educação especial, porém afirmam que este atendimento deixa muito a desejar. Já 04 destes profissionais declaram que tal acompanhamento é realizado por todos os profissionais da escola, mas confessam que isso raramente ocorre e 02 afirmam que não existe tal acompanhamento pedagógico. Observa-se que a equipe pedagógica não foi citada por nenhum profissional pesquisado.

Quando estes professores são questionados sobre a possibilidade de aprendizagem tanto de alunos inclusos como dos que não possuem necessidades especiais, 06 afirmam que estes educandos com necessidades especiais possuem boa possibilidade de aprendizagem se comparar com alunos sem necessidades especiais, justificam estas respostas afirmando que depende de cada educando e do acompanhamento especializado que cada aluno irá receber. Para 06 estes educandos com necessidades especiais possuem pouca possibilidade de

aprendizagem se comparado com educandos sem necessidades especiais, para esta resposta argumentam que a escola não possui uma estrutura adequada para atender as necessidades destes educandos e também não conta com um número suficiente de profissionais especializados para oferecer este acompanhamento.

Tratando-se da questão de até que ponto estes professores consideram benéfico para alunos do ensino regular a convivência com alunos com necessidades especiais, 08 acreditam que esta convivência é benéfica para estes educandos que não possuem necessidades especiais, pois estes educandos podem ter a possibilidade de humanização que está em falta nos dias atuais convivendo e aprendendo a respeitar as diferenças presentes em qualquer sociedade. Porém 04 acreditam que esta convivência é pouco benéfica, pois estes educando não possuem maturidade para conviver com pessoas com necessidades especiais e acabam por rotular tais colegas excluindo os mesmos.

Para estes professores a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um desafio dos dias contemporâneos. Sendo assim 06 acreditam que a inclusão escolar é um desafio que está muito longe de ser alcançado, afirmando que as políticas existem ainda estão longe da prática efetiva, sendo assim professores acabam que por ficar sem um suporte adequado para o atendimento educacional destes alunos com necessidades especiais. No entanto, 06 afirmam que a inclusão escolar possui uma boa probabilidade de ser alcançado, mas será alcançado apenas desde que haja investimentos e seriedade nas políticas públicas e na efetivação da prática pedagógica neste atendimento.

Quando estes educadores são questionados sobre a sua confiança se o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais dará certo 07 afirmam que não, pois acreditam que as escolas especiais estão mais preparadas para o atendimento destes educandos com necessidades especiais. Justificando tal resposta, estes educadores indicam que nem mesmo as escolas especiais estão preparadas totalmente para atender educandos com necessidades especiais, sendo assim tão pouco o ensino nas escolas regulares estará algum dia preparado. Outros professores indicam que a inclusão dará certo, pois ao interagir com outras crianças facilita o trabalho coletivo, os professores que deram esta respostas formam um total de 02 dos profissionais consultados. Acredita que desde que estes alunos recebam uma estrutura adequada a inclusão dará certo, respeitando também a necessidade especial de cada indivíduo. Porém 05 acreditam que talvez a inclusão de certo. Se

contar com a ajuda de outros profissionais em um número suficiente para atender a demanda que se encontra atualmente.

Para as Diretrizes Curriculares da Educação Especial (2006), diferentes profissionais devem estar envolvidos no processo da inclusão de pessoas com necessidades especiais, promovendo um trabalho pedagógico em conjunto estabelecendo as adaptações necessárias para o ingresso e permanência em uma educação inclusiva de qualidade e responsabilidade.

#### 7.4 ENTREVISTA COM PROFESSORES ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

A pesquisa contou com a participação de profissionais especializados em educação especial que fazem o atendimento especializado para educandos com necessidades especiais. A metodologia aplicada para coleta destas informações contou com a aplicação de questionários abertos, entrevista não estruturada e observação não participante.

Nesta pesquisa contou com a participação de um professor que atua em uma sala de recursos, um professor para o atendimento visual e um professor intérprete.

Um primeiro questionamento trata da existência ou não de um critério para a designação da sala que este educando com necessidade especial irá estudar. Sendo assim ambos profissionais especializados em educação especial afirmam que a secretaria procura colocar este aluno em classes com o menor número de alunos, levando em conta também classes onde os professores que atuam sejam professores que aceitam a inclusão como um processo de transformação de toda uma sociedade.

Pode-se constatar que na verdade o professor especializado em educação especial acaba ficando alheio a esta decisão da escolha da classe que o educando irá frequentar. Uma decisão inicial como esta deve ser um ato participativo, pois esta decisão pode influenciar diretamente no desenvolvimento educacional deste educando.

Estes profissionais descrevem como ocorre seu trabalho com o aluno incluso, neste momento cada área descreveu seu trabalho específico. Por exemplo, a professora interprete mencionou que permanece com seu aluno na sala de aula passando a este educando o contexto da aula e comentários que surgem durante a explicação dos conteúdos, a professora que atua com educandos com dificuldade visual atua em contra turno ampliando material e repassando pontos dos conteúdos que ficaram sem o entendimento deste educando. A professora que atua na sala de recursos afirma que trabalha em contra turno a este educandos e procura direcionar seu trabalho para elementos que vão de encontro com o interesse destes educandos, estabelecendo metodologias diferenciadas a de sala de aula, fazendo continuo processo de investigação de áreas que tais educandos aprendem com maior facilidade.

Porém ambas profissionais procuram estabelecer um contato com os professores regentes, repassando atividades que são realizadas no atendimento especializado. Mesmo assim, ambas as professoras especializadas em educação especial afirmam que a principal dificuldade é a falta de tempo para esta interação e a aceitação de alguns professores sobre a inclusão de pessoas com necessidade especiais.

No desenvolvimento da prática pedagógica com os demais alunos que não possuem necessidades especiais, todas afirmam que são realizados momentos de debate com estes educandos esclarecendo dúvidas e abordando temas relacionados à inclusão. Mas segundo o relato destas profissionais no princípio este educandos demonstram pena, mas com o passar do tempo a grande maioria dos educandos demonstra solidariedade e receptividade para a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Percebendo que estes educandos com necessidades especiais possuem a mesma capacidade dos demais educandos.

Para o trabalho com o corpo docente estas profissionais afirmam que procuram estabelecer um contato direto, sempre que possível. Fazendo trabalho itinerante, desenvolvimento de atividades solicitadas por tais professores, desenvolvendo nos professores práticas pedagógicas adequadas para atender as necessidades de cada educando.

Quando questionados sobre as adaptações curriculares, tais profissionais indicam que cada caso é tratado de forma específica segundo a necessidade de tal educando. Sendo assim estas adaptações não seguem um padrão, mas sim uma

necessidade específica de cada um. O planejamento do professor regente é feito de maneira igual aos demais, porém na execução das atividades é que são realizadas as adaptações. Neste momento o professor especializado se torna imprescindível. Pois o mesmo que transforma esta atividade educacional, em uma atividade adaptada para que este educando tenha a possibilidade da aprendizagem igual aos demais educandos.

Estes profissionais relatam que existem duas grandes dificuldades que enfrentam no cotidiano escolar. Uma delas é o que trata diretamente da aceitação das próprias dificuldades por parte dos educandos com necessidades especiais. Muitas vezes não aceitando frequentar o serviço especializado e nem o apoio que necessitam. Sendo assim, é necessário um contato direto com as famílias para que os mesmos não desistam de frequentar o serviço especializado.

Outra questão que dificulta muito a inclusão segundo estes profissionais, é que trata dos professores regentes. Estes professores não se sentem preparados para ensinar pessoas com necessidades especiais, por diversas vezes acabam por ver a inclusão como um encargo, sendo que dificultará em muito o desenvolvimento de sua prática pedagógica.

Um dos pontos principais para que a inclusão aconteça de forma eficiente, trata do apoio pedagógico que todos os profissionais da educação recebem mesmo os profissionais especializados em educação especial. Neste contexto, estes profissionais especializados em educação especial indicam que recebem pouco apoio pedagógico seja da equipe pedagógica ou de outro órgão competente. Sendo assim estes profissionais acabam realizando seu trabalho de forma individual e por muitas vezes sem um apoio pedagógico necessário para a efetivação de sua prática pedagógica.

Estes profissionais relatam que sua capacitação ocorre por meio de cursos ofertados pela secretaria de educação e também em cursos particulares custeados pelo próprio professor.

Uma questão indagou estes profissionais sobre qual o ponto principal para que a inclusão consiga dar certo em sua opinião. Para estes profissionais é necessário que as políticas públicas que existem sejam cumpridas, como por exemplo, numero máximo de alunos em uma sala que possui um aluno incluso. Relatam também a necessidade da revisão de valores, para que assim a inclusão

tenha um sentido real oferecendo a oportunidade a todos independente das dificuldades apresentadas.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação especial é uma das modalidades do sistema educacional que permeia por todos os níveis da escolaridade, desde a educação infantil até o ensino superior. Desta maneira, é de extrema importância profissionais especializados e capacitados para atender a estes educandos com necessidades especiais que estão incluídos em escolas e classes regulares.

Faz-se necessário que estes profissionais estejam em um constante processo de capacitação para aprimorar sua prática pedagógica no atendimento de classes inclusivas. Sendo assim, estes profissionais devem ser capacitados desde sua formação inicial a seguindo por toda sua carreira docente.

Porém, para que a educação inclusiva seja concretizada é necessário também um apoio pedagógico especializado, ofertando assim um suporte necessário ao profissional que atua diretamente em uma sala de aula que possui alunos com e sem necessidades especiais.

Este apoio especializado no atendimento de pessoas com necessidades especiais deve funcionar em um sistema integrado, em um formato de rede. Nesta perspectiva, todos os componentes do ambiente escolar auxiliam e são auxiliados para promover a educação inclusiva. Sejam estes componentes professores regentes, professores especializados, funcionários, família, alunos entre outros.

Desta maneira o profissional terá a oportunidade de repensar constantemente sua prática pedagógica, pois terá uma boa fundamentação teórica pela sua formação continuada e um apoio especializado em educação especial para aprimorar cada vez mais sua prática docente.

Assim como toda a sociedade é regida por legislações específicas, a educação especial inclusiva também possui sua própria legislação. Composta por documentos internacionais, nacionais, estaduais entre outros. Esta legislação oferece subsídios para uma prática pedagógica adequada para o atendimento das necessidades de cada educando.

Serviço especializado, formação adequada, adaptações diversas são alguns itens que estão presentes em documentos legais que proporcionam a este profissional estabelecer uma prática docente inclusiva, possibilitando aos seus alunos um desenvolvimento pleno de suas habilidades.

Deve existir um movimento dialético entre prática e teoria. Porém o que se observa é que professores regentes de classes inclusivas se sentem despreparados para ensinar alunos com necessidades especiais. O que demonstra uma grave deficiência em sua formação inicial e continuada para o atendimento deste desafio contemporâneo.

Uma mudança radical em suas metodologias, faz com que estes professores reflitam sobre suas práticas para uma educação que atenda a todos os alunos. Estes profissionais já possuem algumas práticas inclusivas pontuais com seus alunos, porém por falta de um entendimento do que é a educação inclusiva acabam por não oferecer continuidade no seu trabalho docente.

Os profissionais pesquisados que atuam em classes inclusivas, reivindicam por uma formação contínua e pelo apoio pedagógico especializado, que já existe, porém de forma pontual e não processual.

Seguindo neste mesmo contexto os profissionais especializados em educação especial possuem um extenso preparo teórico prático para atender estes educandos com necessidades especiais. Porém a falta de profissionais especializados em educação especial nas escolas regulares acaba que por sobrecarregar os profissionais que estão atuando em uma perspectiva inclusiva em escolas de ensino regular.

Desta maneira o acompanhamento e atendimento aos professores regentes de classes comuns fica deficitário, não estabelecendo uma conexão entre estes dois profissionais. Prejudicando a prática pedagógica em sala de aula para o atendimento destes alunos inclusos.

Para complementar este atendimento e suporte pedagógico para professores e alunos, a equipe pedagógica é um elemento de extrema importância neste processo de ensino para todos. No entanto, a equipe pedagógica que deve oferecer um apoio pedagógico, sente-se despreparada para a educação inclusiva. Pois seguindo a mesma linha dos professores regentes, esta equipe não possui referenciais teóricos e práticos para oferecer este apoio pedagógico aos professores

regentes. Fazendo assim, com que o professor regente sinta-se isolado em seu trabalho docente, não desenvolvendo de forma adequada sua prática docente.

Sem uma formação inicial adequada e tão pouco cursos de formação continua a equipe pedagógica não possui subsídios para ofertar um suporte mínimo a estes professores e alunos. Não estabelecendo uma rede de apoio para possibilitar ao professor regente uma prática pedagógica inclusiva com seus alunos.

Neste movimento transitório entre diversos profissionais, os educandos com e sem necessidades especiais estabelecem em seu cotidiano práticas sociais e pedagógicas inclusivas. Pois quando se trata de uma prática educacional, educandos com e sem necessidades especiais estabelecem uma conexão fluente na perspectiva de uma escola inclusiva.

Neste contexto ambos ensinam e aprendem, promovendo um movimento contínuo. A convivência com as diferenças proporciona a todos os educandos um crescimento não apenas acadêmico, mas sobretudo um crescimento como cidadão consciente de seus direitos e deveres, criando uma sociedade que ofereça oportunidade a todos.

Esta pesquisa demonstra a necessidade de se estabelecer um trabalho contínuo, que funcione em um sistema de apoio mútuo. Auxiliando alunos e professores no desenvolvimento de práticas inclusivas adequadas a complexidade do tema tratado. Outro ponto fundamental na questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais é o que trata da formação de profissionais para atender estes educandos. Devem-se proporcionar diversos momentos de troca de experiências, cursos específicos, eventos, em geral. Promovendo assim uma formação continua para que estes profissionais da educação sintam-se seguros para o desenvolvimento do trabalho pedagógico junto a estes alunos com necessidades especiais. Pode-se inferir que a escola como um todo deve repensar sua prática no que se refere ao atendimento de pessoas com necessidades especiais.

O trabalho pedagógico deve primar pela integração entre todos os membros da comunidade escolar, estabelecendo um sistema de rede de apoio visando o melhor desenvolvimento do educando. Criando desta maneira práticas pedagógicas adequadas a cada educando com ou sem necessidades, respeitando sua individualidade e oferecendo ao mesmo acesso a uma educação de qualidade que promova seu pleno desenvolvimento seja ele cognitivo, social, cultural, afetivo e outros. A escola deve ser um espaço de promoção das habilidades de todos,

investigando pedagogicamente no progresso de todos os educandos que dela necessitam.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: MEC, 1989.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Senado Federal: 1990.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Senado Federal: 2006

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Parecer 17 do C.N.E**. Brasília: MEC/CNE, 2001. BRASIL. **Plano Nacional para a Educação**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Resolução 01 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores**. Brasília: MEC/CNE, 2002.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Resolução 02 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CAVALCANTE, Meire. Cada um aprende de um jeito. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/inclusão/educaçãoespecial/>. Acessado em 01/05/2015.

MAZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

\_\_\_\_\_. PARANÁ. Secretaria da Educação. **Deliberação 02 do C.E.E.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. PARANÁ. Secretaria da Educação. **Instrução 05. Sala de recursos anos finais do ensino fundamental.** Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. PARANÁ. Secretária da Educação. **Diretrizes da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba, 2006.

PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, Cinthia. Formas criativas para estimular os alunos com deficiência. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br>. Acessado em 22/05/2015.

STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** São Paulo: Artmed, 1999.

UNESCO. MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação.** Brasília: CORDE, 1994.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## ANEXO I

### Perguntas aplicadas a professores regentes

1) Como profissional da educação frente à educação inclusiva você se considera:

- a) muito preparado
- b) preparado
- c) pouco preparado
- d) despreparado

Justifique \_\_\_\_\_

---

2) Na sua opinião a instituição que você atua está adaptada para a inclusão:

- a) muito adaptada
- b) adaptada
- c) pouco adaptada
- d) não adaptada

Justifique \_\_\_\_\_

---

3) O planejamento e revisão do currículo para atender a inclusão são feitos:

- a) individuais
- b) com ajuda de outros professores da mesma área
- c) com a equipe pedagógica e professores especializados em educação especial
- d) não são feitas adaptações

Justifique \_\_\_\_\_

---

4) Para possibilitar a inclusão à escola precisa se preparar fazendo que tipo de mudança:

- a) adaptações curriculares
- b) aperfeiçoamento de professores
- c) recursos didáticos
- d) arquitetônica

Justifique \_\_\_\_\_

---

5) Como é a relação entre professores do ensino regular e professores especializados em educação especial:

- a) interagem em poucos momentos
- b) interagem em reuniões pedagógicas
- c) interagem em todos os momentos
- d) não acontece uma interação os profissionais

Justifique \_\_\_\_\_

---

6) O acompanhamento do trabalho pedagógico para alunos inclusos acontece:

- a) pela equipe pedagógica
- b) pelo professor especializado em educação especial
- c) por todos os profissionais da escola
- d) não acontece tal acompanhamento

Justifique \_\_\_\_\_

---

7) Você acredita que os alunos inclusos ao frequentar as escolas regulares têm a mesma possibilidade de aprendizagem que as outras crianças?

- a) grande possibilidade
- b) boa possibilidade
- c) pouca possibilidade
- d) nenhuma possibilidade

Justifique \_\_\_\_\_

---

8) Até que ponto você considera benéfico para os alunos de ensino regular a convivência com alunos com necessidades educacionais especiais?

- a) muito benéfica
- b) benéfica
- c) pouco benéfica
- d) não há benefícios

Justifique \_\_\_\_\_

---

9) Você acredita que a inclusão escolar é um desafio:

- a) longe de ser alcançado
- b) tem boa probabilidade de ser alcançado
- c) já foi alcançado
- d) jamais será alcançado

Justifique \_\_\_\_\_

---

10) Você acredita que a inclusão de alunos com necessidades especiais em ensino regular dará certo:

- a) não, pois as escolas especiais estão mais preparadas.
- b) sim, pois ao interagir com outras crianças facilita o trabalho coletivo.
- c) talvez com ajuda de outros profissionais
- d) sim, pois as escolas estão se adaptando cada vez mais.

Justifique \_\_\_\_\_

---

## ANEXO II

### Questões aplicadas a professores especializados em educação especial

- 1) Existe algum critério para determinar a classe que este aluno incluso será colocado?
  
- 2) De que maneira ocorre seu trabalho com:
  - a) o aluno incluso:
  
  - b) os demais alunos:
  
  - c) O corpo docente:
  
- 3) De que maneira são feitas as adaptações curriculares e como estas adaptações são aplicadas?
  
- 4) De que maneira os alunos reagem a esta interação com alunos inclusos?
  
- 5) Como é realizado o planejamento em uma classe que possui alunos inclusos?
  
- 6) Quais as principais dificuldades que você enfrenta no cotidiano escolar? E que medidas são tomadas para amenizar tais dificuldades?
  
- 7) Você recebe algum apoio pedagógico? De que maneira isso acontece?
  
- 8) Em sua opinião qual o ponto principal para que a inclusão de certo?
  
- 9) Como acontece o acompanhamento destes alunos inclusos?
  
- 10) De que maneira ocorre a sua capacitação e sua opinião sobre a mesma.